

RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.883 - CE (2017/0068880-0)

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
RECORRENTE : UNIÃO
RECORRIDO : MARIA AUXILIADORA OLIVIER DE ALBUQUERQUE
ADVOGADO : ALINE DE CARVALHO CAVALCANTE - CE015142

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela UNIÃO, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

"CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO COLETIVA PROMOVIDA POR ENTIDADE SINDICAL, NA CONDIÇÃO DE SUBSTITUTO PROCESSUAL. AUTORIZAÇÃO. DESNECESSIDADE. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. POSSIBILIDADE.

1. Apelação interposta pelo particular objetivando reformar a sentença que extinguiu, sem julgamento do mérito, a Execução, após acolhimento dos Embargos opostos pela União. Considerou-se que a Exequente não comprovou constar da lista substituídos apresentada pelo Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal no Estado do Ceará - SINTSEF/CE na Ação Coletiva, cujo título judicial pretende executar.
2. As conquistas judiciais obtidas pelo sindicato, reconhecidas em sentença transitada em julgado, são extensivas a toda categoria funcional que ele representa, não se restringindo apenas aos seus filiados ou pessoas por ele elencadas em qualquer espécie de lista. É irrelevante o fato dos integrantes da categoria serem, ou não, filiados à entidade de classe.
3. São legitimados ativos para a execução os servidores e pensionistas que, independentemente de filiação ao sindicato, provarem, na fase executiva, fazer parte da categoria representada e se enquadrarem na situação jurídica contemplada pelo título executivo.
4. Apelação provida. Baixa dos autos ao juízo de origem, para o regular seguimento da Execução" (fls. 165/166e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração (fls. 174/179e), os quais restaram rejeitados, nos termos da seguinte ementa:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.

OMISSÃO. INOCORRÊNCIA.

1. Embargos de Declaração opostos pela União apontando omissões no acórdão. Insiste na tese de que há que se reconhecer a limitação subjetiva da coisa julgada aos associados cujos nomes constaram da LISTA apresentada pela entidade sindical quando do ajuizamento da ação ordinária, conforme os arts. 2º, 6º, 468 e 472, todos do CPC/1973, c/c o art. 2º-A, da Lei nº 9494/1997. Afirma, ainda, que o precedente do STF (RE 210.029/RS) invocado pela jurisprudência pátria para reconhecer que o Sindicato pode atuar, inclusive nas fases de liquidação e execução do julgado, como substituto processual dos autores, não deve ser aplicado ao presente caso, uma vez que aquele julgado se refere à representação sindical trabalhista, a qual difere em muito da representação sindical no âmbito do serviço público, notadamente pela ausência da hipossuficiência do trabalhador em face das garantias e prerrogativas legais inerentes ao regime jurídico estatutário.
2. Restou expressamente consignado no acórdão que são legitimados ativos para a execução os servidores e pensionistas que, independentemente de filiação ao sindicato, provarem, na fase executiva, fazer parte da categoria representada e se enquadrarem na situação jurídica contemplada pelo título executivo.
3. Deixou-se claro, ainda, que esse posicionamento já se encontra cristalizado nesta Corte, a exemplo da ementa transcrita no acórdão embargado (Processo: 08018931020134058100, AC/CE, Rel.Desembargador Federal Lázaro Guimarães, Quarta Turma, Julgamento: 19/08/2014). Embargos de Declaração improvidos" (fl. 200e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora recorrente aponta violação aos arts. 535, II, 467, 472 e 474 do CPC/73 e 2º-A da Lei 9.494/97, sustentando a nulidade do acórdão recorrido por omissão e, no mérito, em suma, que:

"(...) se o substituído não integrou o processo de conhecimento que deu origem ao título judicial em comento, a coisa julgada não se opera em relação a ele. Assim, reconhecer legitimidade às partes que não estiveram presentes naquele momento processual seria estender os efeitos da coisa julgada à parte manifestamente ilegítima à promoção da execução do julgado" (fl. 215e).

Por fim, requer "o conhecimento e provimento do presente Recurso Especial, para anular, *in totum*, o v. Acórdão guerreado, de forma que seja proferido novo julgamento que efetivamente aprecie a impugnação ostentada pela União ou que, alternativamente, seja reformado o acórdão de forma a considerar como exequentes apenas os autores integrantes da lista substituídos" (fl. 219e).

Contrarrazões a fls. 248/255e.

O Recurso Especial foi admitido pelo Tribunal de origem (fls. 257/258e).

A irresignação não merece prosperar.

Na origem, trata-se de Embargos de Execução ajuizados pela parte ora recorrente, objetivando o reconhecimento da incompetência do Juízo, da inépcia da inicial por falta de documento indispensável ou do excesso de execução.

Julgada procedente a demanda, recorreu o embargado, tendo sido reformada a sentença, pelo Tribunal local, determinando-se o prosseguimento da execução.

Daí a interposição do presente Recurso Especial.

Inicialmente, em relação ao art. 535 do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido, julgado sob a égide do anterior Código de Processo Civil, não incorreu em omissão, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale destacar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, REsp 1.129.367/PR, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada/TRF 3ª Região), SEGUNDA TURMA, DJe de 17/06/2016; REsp 1.078.082/SP, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, DJe de 02/06/2016; AgRg no REsp 1.579.573/RN, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 09/05/2016; REsp 1.583.522/SP, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 22/04/2016.

De outra banda, no que tange à matéria de fundo, também não assiste razão ao ente público.

O acórdão ora combatido apresenta o seguinte teor:

"A sentença atacada merece reforma, porquanto o Plenário do STF já firmou entendimento no sentido de que os sindicatos possuem ampla legitimidade ativa para atuar como substituto processual na defesa de direito e interesse coletivos ou individuais dos integrantes da categoria que representam, sendo desnecessária a autorização individual dos substituídos(RE 210029/RS, Rel. Min. Joaquim Barbosa, DJE nº 87, de 23/08/2007).

As conquistas judiciais obtidas pelo sindicato, reconhecidas em sentença transitada em julgado, são extensivas a toda categoria funcional que ele representa, não se restringindo apenas aos seus filiados ou pessoas por ele elencadas em qualquer espécie de lista. É irrelevante o fato dos integrantes da categoria serem, ou não, filiados à entidade de classe.

São legitimados ativos para a execução os servidores e pensionistas que, independentemente de filiação ao sindicato, provarem, na fase executiva, fazer parte da categoria representada e se enquadrarem na situação jurídica contemplada pelo título executivo.

Este posicionamento já se encontra cristalizado nesta Corte, conforme se depreende da análise da ementa adiante transcrita:(...)" (fl. 164e).

Nesse contexto, a conclusão alcançada pelo Juízo **a quo** encontra-se em consonância com a jurisprudência desta Corte, firmada no sentido de que **os Sindicatos, na qualidade de substitutos processuais, detêm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representam, independente de autorização expressa ou relação nominal.**

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EXECUÇÃO INDIVIDUAL DE TÍTULO JUDICIAL FORMADO EM MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. VANTAGEM PECUNIÁRIA ESPECIAL - VPE. EXTENSÃO A POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES INATIVOS DO ANTIGO DISTRITO FEDERAL E SEUS PENSIONISTAS. ASSOCIAÇÃO DE OFICIAIS MILITARES ESTADUAIS DO RIO DE JANEIRO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. BENEFICIÁRIOS DO TÍTULO. MEMBROS DA CATEGORIA (ASSOCIADOS OU NÃO). PENSIONISTA DE OFICIAL INATIVO DA POLÍCIA MILITAR DO ANTIGO DF (PMRJ). LEGITIMIDADE ATIVA.

1. Trata-se, na origem, de Execução individual de sentença proferida em Mandado de Segurança Coletivo, referente à Vantagem Pecuniária Especial - VPE.

2. Preliminarmente, quanto à alegada prevenção do Ministro Gurgel de Farias, não assiste razão à parte recorrente. É firme a orientação do STJ de que a execução individual genérica de sentença condenatória proferida em julgamento de Ação Coletiva não gera a prevenção do Juízo, devendo o respectivo recurso submeter-se à livre distribuição.

3. Na hipótese dos autos, consoante julgamento do RE 573.232/SC, realizado sob a sistemática da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal reconheceu que, de acordo com o art. 5º, LXX, 'b', da CF, para impetrar Mandado Segurança coletivo em defesa dos interesses de seus membros ou associados, as associações prescindem de autorização expressa, que somente é necessária para ajuizamento de ação ordinária, nos termos do art. 5º, XXI, da CF (Relator Min. Ricardo Lewandowski, Relator para acórdão Min. Marco Aurélio, Tribunal Pleno, DJe 19/9/2014).

4. Desse modo, de forma geral, o fato de algum exequente não constar nas relações de filiados apresentadas pela associação ou de não ser aposentado ou pensionista na data da impetração do Mandado de Segurança ou de sua sentença não é óbice para a propositura de execução individual do título executivo.

5. Registre-se, por oportuno, que o STJ já se manifestou no sentido de que os sindicatos e as associações, na qualidade de substitutos processuais, têm legitimidade para atuar judicialmente na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representam, por isso, caso a sentença coletiva não tenha uma delimitação expressa dos seus limites subjetivos, a coisa julgada advinda da Ação Coletiva deve alcançar todas as pessoas da categoria, e não apenas os filiados (REsp 1.614.263/RJ, Relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 12/9/2016; AgInt no AREsp 993.662/DF, Relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 27/10/2017).

6. A Terceira Seção desta Corte acolheu Embargos de Divergência interpostos pela Associação, 'para que a Vantagem Pecuniária Especial - VPE, criada pela Lei nº 11.134/05, seja estendida aos servidores do antigo Distrito Federal em razão da vinculação jurídica criada pela Lei nº 10.486/2002'.

7. Dessarte, o STJ reconheceu o direito a todos os servidores do antigo Distrito Federal, não havendo nenhuma limitação quanto aos associados da então impetrante.

8. Recurso Especial provido" (STJ, REsp 1.824.940/RJ, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 29/10/2019).

"ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA. SINDICATO. SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. SERVIDOR NÃO FILIADO. LEGITIMIDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Este Superior Tribunal consagrou orientação segundo a qual, consoante disposição da Súmula 629/STF, o sindicato, na qualidade de substituto processual, atua na esfera judicial na defesa dos interesses coletivos de toda a categoria que representa, sendo dispensável a relação nominal dos filiados e suas respectivas autorizações.

2. Assim, o servidor público integrante da categoria beneficiada, desde que comprove essa condição, tem legitimidade para propor execução individual, ainda que não ostente a condição de filiado ou associado da entidade autora da ação de conhecimento.

3. Agravo interno não provido" (STJ, AgInt no REsp 1.689.334/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 20/03/2018).

Destarte, aplica-se, ao caso, entendimento consolidado na Súmula 568/STJ, **in verbis**: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RISTJ, **nego provimento** ao Recurso Especial.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, tendo em vista que, na origem, não houve prévia fixação de honorários sucumbenciais.

I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES

Relatora